

A DINÂMICA ENTRE AS FRONTEIRAS: BRASIL BOLÍVIA

A relação entre as regiões Pantaneiras e Chiquitanas

Vanilde Alves de Carvalho - Turismóloga

Pós graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Membro do Grupo de Estudos Estratégicos de Planejamento Integrado – GEEPI

Rua Joares Sodré Faria, 179 – Alvorada – CEP:78048-620 – Cuiabá – Mato Grosso

Brasil. E-mail: valltour@hotmail.com

Reinaldo Vaz Guimarães - Mestre em Geografia: Ambiente e Desenvolvimento

Regional - UFMT

Membro do Grupo de Estudos Regionais Sul Americano – G-ERSA

Rua: 08, n 714 – Boa Esperança – CEP: 78.068-360 – Cuiabá – Mato Grosso Brasil.

E-mail: reinaldoguimaraes@hotmail.com

Fabiana de Souza Bezerra – Bióloga

Especialista em Análise Ambiental e Planejamento Urbano - Estudante do 5º Semestre

em Geografia – UNEMAT

Rua Santa Catarina, 3295 – Centro – CEP: 78.237-000 – Curvelândia – Mato Grosso

Brasil. E-mail: cavernabezerra@hotmail.com

A DINÂMICA ENTRE AS FRONTEIRAS: BRASIL BOLÍVIA

A relação entre as regiões Pantaneiras e Chiquitanas

Resumo

O trabalho abordará a importância da relação entre as fronteiras do Brasil e Bolívia, especificamente entre o Estado de *Mato Grosso* e o departamento de *Santa Cruz* sobre os aspectos do turismo e da cultura. Precisamente entre as cidades mato-grossenses Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade até a cidade de San Ignacio de Velasco. Fará uma análise dos elementos culturais e naturais existentes nos dois territórios, da importância da relação entre a região do Pantanal e a zona de transição com o cerrado brasileiro, onde encontra-se localizado várias unidades de conservação e uma das mais belas regiões do Brasil: o Vale do Guaporé, e a relação dinâmica com o território boliviano na província de Velasco. Onde se localiza o Chaco, extensão do Pantanal e as Missões Jesuíticas de Chiquitos, reduto de umas das mais antigas e tradicionais populações bolivianas, comunidades formadas pelos missionários jesuítas e que foram tombadas como patrimônio cultural da humanidade pela Unesco e que hoje representa um dos principais destinos turísticos do departamento de Santa Cruz, assim como, o Pantanal que também é considerado Patrimônio Natural da humanidade e Reserva da Biosfera pela Unesco. A metodologia será através de pesquisa bibliográfica e análises dos dados coletados em uma viagem anteriormente realizada e trará em suas considerações uma proposta de ordenamento desses territórios para o aproveitamento turístico e cultural e a inclusão de ambos, bem como, de suas populações no mercado turístico nacional e internacional, tendo em vista que se trata de uma das regiões mais isoladas da América do Sul. Onde sugerirá o turismo como uma das ferramentas para o processo de integração entre essas fronteiras, bem como, uma estratégia para a valorização e manutenção das tradições existentes nas populações pantaneiras e chiquitanas, melhoria na qualidade de vida e a proteção ambiental de áreas tão ricas e frágeis.

Palavras Chaves: *Turismo, Cultura, Territórios, Proteção, Relação.*

Considerações Iniciais

As fronteiras entre Brasil e Bolívia caracterizam uma das regiões mais belas e ricas do Continente Sul Americano, pois esta constituída por áreas de grande interesse ambiental. E Podem ser chamadas de fronteiras irmãs, pois, seus limites estão constituídos por unidades geográficas que não se interrompem pelos limites humanos e econômicos. Elas ultrapassam as fronteiras nacionais impondo a continuação de suas características, cosntituindo uma só paisagem. E por mais que mude a cultura, as leis, os serviços e as tecnologias o ambiente é o mesmo. E nesses aspectos Brasil e Bolívia são mações irmãs, pois, o Vale do Guaporé no Sudoeste do Estado continua além fronteira, e do outro lado é chamado de Parque Noel Kempff Mercado. Uma das maiores unidade de conservação da Bolívia com mais de 90 mil hectáreas de extensão, alberga grande diversidade de fauna e flora, além de paradisíacos encantos. Declarado pela UNESCO Patrimônio Natural da Humanidade localiza-se na província de Velasco, onde se encontra com o Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, pois assim é conhecido em território brasileiro, localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. É considerado o ponto mais alto do Estado compreendendo uma área de aproximadamente 158.620,85ha. A singularidade do Parque Estadual Serra de Ricardo Franco desdobra-se em duas partes: quem pisa em seu território tem o privilégio de testemunhar a transição entre Floresta e Cerrado. Desta interseção, emergem imagens que só a região é capaz de oferecer.

Esses são fatores que fazem dessa fronteira um diferencial, no entanto, ainda existem muitas riquezas a serem comparadas e comprovadas. Nessa região estão localizados 03 Patrimônios da Humanidade, o já mencionado Parque Noel Kempff, as Missões Jesuíticas de Chiquitos e o Pantanal Brasileiro. Esses são elementos que tornam tal área numa das fronteiras mais ricas em diversiddade cultural e ambiental. Para (Ferreira 2004, 18)

“Cultura é antes de tudo, um produto comunitário. Os princípios e os valores que sustentam o paradigma cultural de um povo orientam seus usos, seus costumes, seu folclore, sua maneira de fazer e viver. Por meio da arte, em suas diferentes formas de expressão, tais valores, são veiculados, preservados e difundidos”.

Nesse contexto brasileiros mato-grossenses se mesclam com bolivianos cruceños e chiquitanos, na ação de ir e vir, exercendo o direito natural que o ser humano tem de se relacionar uns com os outros. Criando dessa forma uma relação dinâmica que permeia os limites internacionais e os tornam vizinhos brasileiros.

O Pantanal brasileiro que é um dos mais importantes biomas do planeta reconhecido pela UNESCO como reserva da biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade, localizado na zona de fronteira, também não se intimida frente aos limites e invade o território vizinho transformando-se em Pantanal da Bolívia ou Chaco boliviano e assim, como os seres humanos, a fauna e a flora seguem o curso natural de sua existência e constituem uma só paisagem. Carvalho (1986, 32), conseguiu descrever sucintamente o que é

“O Pantanal é uma região plana, com altitudes abaixo dos 200 m acima do nível do mar, com estas altitudes a declividade é quase nula, de 6 a 12 cm/Km no sentido leste-oeste e de 1 a 2 cm/km no sentido norte-sul, favorecendo as inundações que chegam a gastar quatro meses ou mais para atravessar todo o Pantanal ao longo do Rio Paraguai, único escoadouro do Pantanal. Circundado pelo Planalto Brasileiro (a leste) e, mais ao longe, pela Cordilheira dos Andes (a oeste), estas regiões acabam vertendo suas águas para o Pantanal nas épocas de cheia ou degelo. Este fenômeno geográfico acaba sendo responsável pela formação de um solo rico em argila, que impede a absorção da água”.

E são nesses espaços que a fronteira desaparece, nesse local Brasil e Bolívia se torna uma só nação. Uma nação já não mais de brasileiros, mas de tuiuius, colhereiros, gavião, garças, capivaras, jacarés e tantos outros, que do outro lado, são conhecidos por garzas, caimán e gavilán, no entanto, são o mesmo ser.

Fator interessante nesta fronteira é que de ambas as partes ocorrem manifestações sociais, econômicas e culturais muito expressivas, e na parte brasileira a fronteira é constituída por importantes áreas econômicas, com produção agroindustrial e agropecuária. Mas é nos atrativos e potenciais culturais que se concentram sua grande riqueza. O Sudoeste de Mato Grosso tem uma produção cultural intensa, eventos, artesanatos, música, dança, gastronomia. Dentro desse contexto destacam-se o FIP – Festival Internacional de Pesca, maior festival de pesca em água doce do mundo. Festa do Congo e do Chorado de Vila Bela da Santíssima Trindade, eventos que expressam toda a beleza da cultura afrobrasileira das comunidades de quilombolas (remanescentes de escravos africanos), que vivem nessa região.

Essa dinâmica cria o ambiente ideal para o desenvolvimento de um arranjo produtivo local, que segundo o Ministério de Ciência e Tecnologia, os APLs são vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem, construídos em aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território. Mas, como a área em questão pertence a chiquitanos e pantaneiros potencializa também a criação de um Pólo Turístico que para Souza & Correa (2000a,116), é ...

“o conjunto de atividades turísticas matrizes que criam efeitos atrativos sobre outros conjuntos definidos nos espaços econômico e geográfico. Tal conjunto de atividades turísticas é capaz de aumentar o produto, modificar as estruturas e favorecer o processo econômico em um espaço determinado.- é um núcleo receptor de turista.”

E tal Pólo, composto pelos dois países por suas características socioambientais seria misto, propiciando a prática do ecoturismo e do turismo cultural, uma vez que, a região do Vale do Guaporé é considerada uma das maiores reservas botânicas do Brasil, pela sua diversidade biológica, concentrando em seu território espécies dos 03 mais importantes biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Pantanal e espécies raras da fauna brasileira como o Boto cor-de-rosa, FEMA (2002) e de acordo com o Ministério do Turismo (2004, 09 -13) ...

“Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar social e, Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Mato Grosso e Santa Cruz de La Sierra: Corredor Turístico

Antes de caracterizar a área em estudo é pertinente abordar algumas considerações que contribuem significativamente para o desenvolvimento do processo de integração turística entre as fronteiras, Souza & Correa (1998b, 48), afirmam que um corredor turístico “São vias de ligação entre locais de interesse turísticos. Existem dois tipos de corredores, um de passeio e de estadas: Passeio: são as estradas por onde passam os turistas; Estada: são grandes áreas que combinam a função de centro com

a de corredor turístico”. É comum nas terminologias turísticas a utilização de denominações como (área, pólo, zona, centro), aos territórios que se pretende ordenar para a utilização turística. E nesse contexto a terminologia que vem a contribuir com a porposta de estudo é a noção de área, que segundo Boullón (2002a, 83) ...

Área turística “São as partes em que se pode dividir uma zona e, portanto, sua superfície é menor que a do todo que as contém; no entanto, como as zonas podem chegar a ter tamanhos diferentes, é possível que uma área da zona maior resulte maior que a outra zona menor”.

A área base de estudo refere-se à região de fronteira pertencente aos municípios de Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, sendo o último a título de caracterização, representante do Vale do Guaporé e a área da Chiquitania, pertencente às Províncias de Velasco e Angel Sandoval, onde estão inseridas as localidades de San Ignacio de Velasco, San Rafael, San Miguel e Santa Ana.

O município de Cáceres encontra-se localizado na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, inserindo-se na microrregião do Alto Paraguai. Do total de fronteira de 750 km do Brasil com a Bolívia, estabelece-se que 250 km de território brasileiro estão dentro dos limites do município de Cáceres, sob a guarnição do 2º Batalhão de Fronteira e o 2º sub-destacamento que atua no patrulhamento e manutenção da faixa limdeira, que conserva os “Marcos” assentados na chamada “Zona Neutra” (Januário 2004a).

Ressaltando que a escolha desta área para a instalação da cidade de Cáceres denota caráter histórico, na BR-070, passando pelo destacamento de Corixa até chegar à cidade de San Matias (Januário 2004b).

A área de limite com a Bolívia compreende a região que vai do extremo Sul do Estado de Mato Grosso (lagoa Uberaba), até o destacamento de Fortuna. Grande parte da área Sul da fronteira é marcada por trechos alagadiços, sendo a área Norte, seca.

Essa região de divisa entre os dois países apresenta um clima onde as temperaturas médias oscilam entre 21 a 24°C (Januário 2004c).

O Vale do Guaporé, desconhecido pelos brasileiros, foi palco de encontros entre Jesuítas e colonizadores com os povos amazônicos, a partir do Séc. XVI. A região foi uma das primeiras fronteiras definitivas do Brasil. O rio Guaporé era o principal caminho de entradas de portugueses e bandeirantes. Antes disso, estas terras foram cobiçadas

pelo império Inca. Os colonizadores encontraram vestígios (peças em ouro e prata), desses contatos com os índios que habitavam a região. Mais tarde, já no Séc. XVIII sugeriram muitas vilas de mineração e as missões, onde os Jesuítas governaram.

A Antropóloga Denise Maldi Meirelles, cita em seu Livro “Guardiões da Floresta”, que o “Vale do Guaporé abrigou um mosaico complexo de línguas e culturas da América do Sul, algumas bastantes isoladas, que sugerem ocupações muito antigas de civilizações andinas e sociedades indígenas da Amazônia” (Eco–Tour News 1998).

Em se tratando da região Chiquitana, esta se localiza na parte Centro Oriental da Bolívia, no Departamento de Santa Cruz de La Sierra, limítrofe com o Brasil. A ocupação dessa região que veio a ser conhecida como Chiquitania, tem origem no interesse dos conquistadores espanhóis em busca de riquezas minerais (ouro e prata), inseridos na área via Rio Paraguai (Oca 2005).

Fronteira como área de contato

A origem latina da palavra fronteira, vem de “fronteria” ou “frontaria”, que indicava a parte do território situada “in fronte”, isto é, nas margens. As fronteiras, historicamente já foram chamadas de “limes”, o que significava “confim entre dois campos” (Martin 1992a, 21).

O desejo de liberdade é indutor dos movimentos autonomistas que são responsáveis pelas erupções de novos territórios e novas fronteiras (Martin 1992b,11). Sendo assim, a fronteira ao mesmo tempo que é barreira, é também ponto de partida para novas frentes, desperta o sentimento de liberdade e conquistas.

O enfraquecimento do paradigma dos Estados Nacionais e o surgimento de novos Estados, principalmente a partir da II Guerra Mundial, emerge uma nova forma de realinhamentos com a formação de blocos de países, onde a quebra de barreiras financeira, econômica e de comunicação é colocada como premissa na busca do desenvolvimento no início do século XXI.

Todo esse movimento no sentido de estreitar as relações entre países traz no seu bojo uma certa vulnerabilidade das fronteiras nacionais, que se positiva ou negativa, facilita a formação de redes e fluxos (lícitos ou ilícitos), ultrapassando em

muitos casos, as linhas visíveis das ligações estabelecidas tradicionalmente pelos Estados.

Esse movimento no sentido de formação de blocos regionais nos remete a um dilema, no qual a interdependência e a autodeterminação dos povos mesmo contraditórios se entrelaçam como observado em (Martin 1992c, 12) ...

... estamos assim colocados diante de um dilema de difícil resolução: ou bem aceitamos a “interdependência” como princípio fundamental a estruturar as relações internacionais, ancorados na idéia de que “estamos todos no mesmo barco” e portanto somos todos responsáveis pelo destino do planeta terra; ou, em contrapartida, invocamos como fundamental o princípio da “autodeterminação dos povos”, e não aceitaremos, sob hipótese alguma, a interferência de qualquer Estado ou grupo de Estados nos assuntos internos de qualquer país.

Como é colocado pelo próprio André Martin (1992d, 12), o recorte que podemos estabelecer na duas posições apresentadas é em certo ponto apenas para posições conceituais, pois elas nos apresentam de forma híbrida, uma “mescla” das duas posições colocadas: “...mescla essa ditada pela conveniência mais ou menos duradoura de determinadas condições políticas para esse ou aquele grupo social”.

No senso comum a noção de fronteira é muito ligada a nossa idéia de limite, de cerceamento da liberdade, pois a entendemos como sendo o estabelecimento de uma linha. A fronteira como limite tem um caráter fixo, visto assim como um objeto fixo de características essencialmente objetivas e recebendo contornos racionais.

Atualmente os contornos que devemos enxergar nas fronteiras vão além dos contornos políticos administrativos encontrados nas representações cartográficas, assim, o limite nos parece como função estática, essencialmente de separação. A professora Lia Osório Machado (2005) em “Limites, Fronteiras e Redes”, estabelece um paralelo dos limites e o Estado Moderno coloca que:

A palavra limite de origem latina, foi criada para designar fim daquilo que mantém coesa uma unidade político territorial, ou seja um ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o estado territorial).

Como afirma a própria professora Lia Osório Machado (1998a), o limite tem a conotação de separação de unidades soberanas permanecendo como um obstáculo fixo. As diferenças são essenciais e necessárias para estabelecermos a nossa postura e, sobre qual referencial desenvolvemos as nossas linhas de pensamento e de atuação. A fronteira esta orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas).

Assim como são diversos os conceitos e as abordagens em se tratando da fronteira, a percepção é marcadamente importante, pois é ela que permite identificar e entender diversas fronteiras e limites, e os mais variados fluxos estabelecidos nas comunicações e nas formas de expressão.

A fronteira, como já foi colocado, é faixa de contato, mas, é considerada também como limite de aproximação, observa-se uma dicotomia, pois, a fronteira ao mesmo tempo que representa uma área de separação, apresenta-se também como perspectiva de contato entre povos.

Essa dicotomia é observada nos trabalhos de autores que debruçaram seus sentidos para estudar, analisar e entender a fronteira. Portanto, é no sentido de enxergar a fronteira não de forma estrábica, mas com uma visão ampliada e focada, tomando os cuidados de nos despirmos dos pré-conceitos que já temos estabelecidos que a integração deva ser tratada como instrumento que utilizará a aproximação e a cooperação entre os povos como meios para alcançar os objetivos do bem comum.

No caso da integração regional na área de fronteira, que apresenta características específicas como arcabouço legal e institucional com burocracias e entraves próprios, apresentando os mais diversos estágios de desenvolvimento das suas organizações, as ações de integração física, somente serão efetivas se forem articuladas como formas de cooperação, solidariedade e de respeito às especificidades e heterogeneidades locais, se não forem considerados esses princípios básicos e comuns, as ações estão fadadas a serem inócuas e paliativas aos sérios problemas humanos e sociais, característicos historicamente de fronteira.

(...) uma das especificidades mais importantes das políticas de desenvolvimento regional voltadas para faixas de fronteira refere-se ao fato de que se trata não de áreas-limite ou de “margens”, mas justamente de áreas de contato e de interação. Daí a relevância de um tratamento especial às formas com que se realizam estas interações, não apenas aquelas de ordem mais estritamente

econômica, mas também as interações sociais e culturais, em sentido mais estrito, que revelam a solidez (ou a fragilidade) dos amálgamas, efetivos e potenciais, das áreas de fronteira.

A tipologia das interações culturais transfronteiriças diz respeito às relações identitárias promovidas ou passíveis de serem promovidas de um lado ao outro da faixa de fronteira. (...) sugerem uma série de diferentes padrões de inter-relação entre o lado brasileiro e os demais países limítrofes. (Min, 2005)

Na fronteiras as estratégias de integração são de “corpo a corpo”, ou seja, de contato humano e de culturas, a integração sócio-cultural deve ser considerada juntamente com a integração física, premissa para que se busque o desenvolvimento numa dimensão regional. Machado (1998b), coloca que a determinação da defesa dos limites de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política e da alta diplomacia, as fronteiras pertencem ao domínio dos povos.

Sob a ótica do turismo as fronteiras em questão caracterizam uma potencial região turística, pelas condições anteriormente mencionadas e de acordo com Ministério do Turismo (2005, 27) ...

“Região Turística: Espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território, delimitado para fins de planejamento e gestão. Assim, a integração de municípios de um ou mais Estados, ou de um ou mais países, podem constituir uma região turística”.

E que potencializará a criação de roteiros integrados entre os territórios, pois na parte brasileira a região esta inserida dentro do Pólo Turístico do Pantanal e as microrregiões turísticas do Pantanal Mato-grossense, Vale do Guaporé e Vale das Águas do Cabaçal, tais microrregiões fazem parte das estratégias de desenvolvimento turístico do Governo do Estado, segundo a Sedtur (2004), “A municipalização e/ou regionalização tem como objetivos promover o ordenamento, a qualificação e a diversificação da oferta turística de forma participativa e interativa”.

Essa ação tem ocasionado a descentralização das ações e proporcionando a elaboração de roteiros integrados entre os municípios que são “Itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística” (Mtur 2005a).

Tais roteiros poderão ser os instrumentos de integração por meio de uma ação integrada entre os Governos de fronteiras, e criar dessa forma, uma “Rota turística – Percorso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada e/ou atribuída pela

utilização turística”. Inserindo desta forma os produtos e serviços que caracterizam os “destino turístico – Local, cidade, região ou país para onde se movimentam os fluxos turísticos” de ambos (Mtur 2005b).

Capital Sócio-cultural e desenvolvimento endógeno

Toda a discussão que envolve o tema desenvolvimento regional, na atualidade, sinaliza para uma maior atenção aos aspectos endógenos da região no sentido de que as potencialidades locais/regionais constituam a força de integração produtiva, e sirvam de diferencial comparativo no sentido de se estabelecer padrões de competitividade para a inserção em um mercado cada vez mais globalizado. Em Becker (2003a), o fenômeno das forças internas e externas de pressão regional trouxe como uma de suas conseqüências uma renovação da base e uma maior importância para a cultura local ...

(...) é em função desse estímulo aos valores culturais acumulados regionalmente, ou do "capital social" regional existente, que algumas regiões conseguem responder, positiva e ativamente, aos desafios regionais da globalização contemporânea, construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. Para tanto, conseguem desenvolver suas potencialidades e aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento. Ao combinarem eficientemente, o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo, constituem uma dinâmica própria regional. (Becker 2003b, 40).

Inicialmente faz-se necessário estabelecer uma diferenciação entre arranjos produtivos e cadeias produtivas, estas referem-se ao conjunto de etapas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, em ciclos de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços. Implicam na divisão de trabalho, na qual cada agente ou conjunto de agentes realiza etapas distintas do processo produtivo, a cadeia produtiva representa a organização setorial da produção.

Um arranjo produtivo local (Haddad 2004, 30) é uma concentração micro-espacial de empresas de qualquer porte com grau diferenciado de coesão e características comuns, que pode ser: a) horizontal, nos mesmos setores ou setores conexos (couros e sapatos; madeira e móveis etc.); b) vertical, setores estruturados em uma cadeia produtiva; c) misto, com estruturação setorial horizontal e vertical.

Nessa concepção os Arranjos Produtivos Locais (APL's), anteriormente citados caracterizam também o capital sócio-cultural e desenvolvimento endógeno, são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”, sendo assim, os APL's (Arranjos Produtivos Locais), tornam-se instrumentos capazes de ordenar esforços no sentido de se alcançar o bem comum, através da otimização das potencialidades locais, sejam elas em forma de recursos naturais, sociais ou culturais. A Secretaria de Planejamento – MT, apresenta uma visão ampla que condiz com a proposta de criação de APL's turísticos entre as fronteiras ...

O Arranjo Produtivo Local compreende um recorte do espaço geográfico (parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, etc.) que possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicas, políticas, ambientais ou históricas). Além disso, o arranjo produtivo local, deve manter ou ter a capacidade de promover a convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, estabelecer parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território, e, promover, ou ser passível de uma integração econômica e social no âmbito local” (Seplan 2006)

A noção de território é fundamental para a atuação em arranjos produtivos locais, no entanto, como já evidenciado, a idéia de território, não apenas na sua dimensão material ou geográfica, mas, num contexto em que o território se constitui em um campo de forças, uma rede de relações sociais, que se projetam em um determinado espaço. Sendo assim, o próprio APL (Arranjo Produtivo Local) também é um território onde a dimensão constitutiva é a econômica por definição, apesar de não se restringir a ela.

O APL de turismo é considerado estratégico para a região, devido ao seu grande potencial de agregação de valor. No contexto mundial o turismo tem-se apresentado como alternativa altamente positiva para o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações locais.

Um dos fatores que mais justificam a incessante busca pela implementação do turismo nos municípios brasileiros, acontece pelo fato de que o movimento na economia local gerado por esse crescente fluxo de pessoas é extraordinariamente enorme, muitas

vezes difícil de ser dimensionado, pois os efeitos (diretos e indiretos) do Turismo perpassam vários setores produtivos. Por isso, hoje o Turismo já recebe o título de principal atividade econômica do mundo em mobilização e distribuição de divisas.

A atividade turística no Brasil está atravessando um momento de grande importância no cenário nacional e internacional, tendo em vista sua oferta diversificada, bem como, o volume de investimentos públicos e privados aplicados nessa última década.

A recente implantação do Ministério do Turismo, evidencia os investimentos que o Brasil está realizando na tentativa de aumentar a competitividade do país frente ao mercado internacional.

A tendência de consumo do turismo para o novo milênio caracteriza-se pela procura de espaços turísticos conservados, o que elege o Brasil e principalmente o Estado de Mato Grosso como um dos principais destinos do planeta, devido à existência de inúmeros atrativos naturais e culturais que compõem a exuberância do cenário mato-grossense (Sedtur 2004, 21).

A estruturação do arranjo produtivo de turismo além de buscar desenvolver a cadeia produtiva do turismo no Estado e melhorar a qualidade de vida das comunidades que vivem na região, tem o intuito de organizar e estruturar a oferta turística da mesma de modo a colocá-la no circuito turístico regional, nacional e internacional com produtos turísticos competitivos. O APL de Turismo considera a noção de territorialidade e complementaridade importantes para a implementação dessa metodologia, o que leva a considerar como área de influência os municípios limítrofes Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres e San Inacio de Velasco como bases para o desenvolvimento do mesmo.

Cultura Chiquitana: fonte de atração turística entre as fronteiras.

De acordo com (Silva 2000a), a palavra chiquito significa "pequeno" e designa os vários grupos localizados na zona de transição entre o Chaco Boreal e as selvas pantanosas. A maior parte da população é constituída de forte ascendência indígena, oriundos das províncias de Chiquitos e Mojos, e da região dos Andes, povos remanescentes a introdução jesuítica na área. O aspecto social da população tem como sua maior fonte econômica a agricultura de subsistência, o turismo e o forte artesanato

em entalhes de madeira, legado deixado pelos jesuítas no período colonial das primeiras décadas do século XVIII (Agência Espanhola, 2004).

Os conhecimentos tradicionais dos Chiquitanos vão desde técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies (Almeida 2000a).

A região chiquitana no final do século XVII era formada por numerosas nações indígenas, possuíam uma linguagem e cultura muito diferente de outros povos (Almeida 2000b).

Neste processo, uma primeira geração de indígenas ou comunidades locais que se alija de suas práticas tradicionais produtivas, pôde manter, num certo grau, seus conhecimentos derivados de experiências passadas. Seus filhos, porém, crescidos num novo contexto, os terão perdido. A vida em rede padroniza costumes e dificulta o surgimento da diversidade, isso molda a população da localidade, que se torna mais previsível e mais passiva (Almeida 2000c), nesse contexto é pertinente um novo olhar sobre o conceito de cultura ...

A cultura pode ser entendida não apenas no seu sentido mais estrito, como o universo simbólico de representações e significados sociais, mas como todo o conjunto de práticas, materiais e discursivas que envolvem a construção do espaço social. Nesse sentido, a cultura começa pelas próprias formas de apropriação da natureza. Por certo a origem etimológica da palavra vem da agricultura, a habilidade das pessoas em transformar seu meio, reconstruindo-o e re-significando-o. (Mtur 2005c, 47)

A territorialidade desses grupos humanos pode ser controlada mais facilmente, porém, uma grande parte dos conhecimentos tradicionais não é codificada, como nos casos de medicina “popular”, “tribal” e “indígena”, a qual se baseia em crenças, normas e práticas tradicionais, acumuladas durante experiências antigas de provas e erros, acertos e fracassos no âmbito caseiro, que vem sendo transmitidos de geração em geração mediante a tradição oral (Silva 2000b).

Muitos foram os fatores que provocaram um "esconder-se" dos povos chiquitanos, podemos elencar: a morte de milhares de indígenas; a ocupação e usurpação do seu território; a escravidão pelos colonizadores; a homogeneização de

língua (conflito lingüístico), nas missões; cristianização e massacre cultural; o posterior contato com os fazendeiros que se apossaram de terras próximas para plantar e criar gado; a varíola que também provocou a morte e a diminuição do grupo (Silva 2000c).

A escola que também teve um papel preponderante para o deslocamento da língua, pois o ensino era feito na visão não-indígena, materiais didáticos, calendário, as imagens/mensagens veiculadas pela escola, as atitudes negativas em relação aos índios; professores não-índios; a convivência com os militares do destacamento que aos poucos fez surgir um conflito declarado de poder, que fez também que os chiquitanos silenciassem e perdessem espaço tanto físico como social, a adjetivação recebida por eles, o preconceito da sociedade não-indígena, entre tantos outros (Almeida 2000d).

Os dados mais antigos da origem deste povo remonta ao século XVII, quando foram instituídas as missões jesuíticas, chamadas de Reduccionen, nas colônias espanholas (Barrientos 2005a).

Diversas etnias eram reunidas para viverem junto nas missões. Deste amálgama étnico, sobressaiu-se à língua e a cultura dos Chiquitos, atualmente Chiquitanos, tradicionais habitantes das regiões pantaneiras. Existem hoje cerca de 40 mil Chiquitanos na Bolívia, e cerca de 2 mil no Brasil (Barrientos 2005b).

A etnia foi reconhecida há cerca de dez anos pela Funai, viviam, e muitos ainda vivem como trabalhadores rurais em fazendas da região, na maioria dos casos, tratava-se de pequenas comunidades. A língua, no lado brasileiro, foi praticamente perdida ao longo do tempo.

A primeira terra indígena dos Chiquitano em processo de regularização fundiária na Funai se chama Portal do Encantado, que se encontra em fase de identificação. A maioria dessas nações eram formadas de nômades e viviam em um ambiente paradisíaco, e sua relação com a caça, pesca e as coletas de frutos silvestres atendiam suas necessidades básicas. Existiam algumas nações semi-nômades que

desenvolviam uma agricultura de subsistência rústica, usando ferramentas fabricadas de pedra e madeira (Silva 2000d).

Interessante, são as arquiteturas existentes, muitos contrastes que vão desde as casas feitas de barro, neoclássicas, e barrocas. As praças graciosas, que ao seu redor, misturada aos prédios modernos ou casas de adobe e taipa, estão igrejas barrocas, contendo uma figuração interna com misturas Inca.

Para a difusão da fé católica os jesuítas realizavam expedições missionárias nas terras indígenas, geralmente essas zonas eram formadas por áreas pantanosas de difícil acesso, em alguns lugares o acesso era permitido através das mulas. Essas entradas eram sempre formadas por um grupo de nativos que serviam de guias ou intérpretes, e ainda para fazer a abertura de caminho na selva, também como guardas e defensores de perigos (Biennés 1987).

Os jesuítas empregavam diferentes métodos, com o propósito de catequizar os indígenas, utilizaram mais de sessenta e seis jesuítas procedentes da Europa, formados em arte, música, arquitetura e na linguagem chiquita (Bastos 1971a).

O resultado da ocupação e o povoamento perfaz um conjunto de 10 comunidades fundadas pelos missionários jesuítas entre 1696 e 1760 e preservadas mesmo quando o rei da Espanha decidiu expulsá-los, destas seis foram tombadas pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade (Bastos 1971b).

São brasileiros, são índios, muitos ainda falam a língua chiquitano, dançam o corussé, rezam na língua chiquitano e tantas outras práticas próprias do povo. Um importante ritual para os Chiquitanos é o carnavalito, realizado na terça-feira de carnaval, com músicas tocadas em uma caixa (tambor) e flautas. Nesse dia, um cortejo com bandeiras coloridas percorre as casas e é permitido que se jogue lama, tinta e excrementos nos homens (Silva 2000e).

A arte de tecer, os traços culturais como a cerâmica e a cestaria, quase nada conservam, grande parte do patrimônio cultural foi perdido no decorrer do contato com a sociedade envolvente. Ao negarem sua identidade como índios chiquitanos perdem

também seus direitos à terra, educação, saúde e cultura, renunciando oprimidos a preservação da identidade cultural da etnia (Silva 2000f).

Os Chiquitos tem uma relação histórica com o Vale do Guaporé e com o Pantanal, são povos que assim como os pantaneiros e os quilombolas de Vila Bela da Santíssima Trindade, incorporam-se de tal maneira ao meio que se tornam parte da paisagem, constituindo uma difusão de cultura e natureza, tornando a dinâmica existente na fronteira ainda mais rica.

Considerações Finais

Embora os processos de transformação das dimensões da vida social que se relacionam com os conhecimentos e práticas tradicionais, sejam constantes na história da Bolívia e do Brasil, (especialmente em regiões de interesse turístico, nesse caso faz uma referencia especial ao Vale do Guaporé e à Chiquitania), vários fatores vêm ocasionando a perda dos conhecimentos e práticas tradicionais para o conjunto da sociedade, em especial, entre os membros das comunidades locais nascidos a partir da segunda metade do século XX até os dias de hoje.

O crescimento demográfico que vem aumentando a exploração dos recursos naturais existentes, o crescimento da economia de mercado, a expansão dos serviços e a presença do Estado no interior do seu respectivo território nacional, aumento do interesse internacional nos conhecimentos tradicionais, como parte do interesse nos recursos da diversidade biológica, em especial os recursos genéticos do planeta.

Outro fator importante na dinâmica dessas fronteiras é relação de compra por parte dos brasileiros, já que os impostos na Bolívia são irrisórios se comparados aos do Brasil, oferecendo maior poder de compra. No município de Cáceres encontramos instalados em calçadas e “shopings de camelos”, bolivianos vendendo produtos contrabandeados com preços competitivos aos brasileiros.

Por outro lado é de grande importância para os bolivianos o uso dos serviços públicos de saúde oferecidos pelo município de Cáceres, onerando este município, já que o Governo Federal envia recursos de acordo com a população residente no município, causando grande déficit na distribuição dos recursos.

No entanto, o desenvolvimento da atividade turística poderá contribuir para a melhoria na qualidade de vida das populações dos dois lados, atenuando os problemas e em alguns casos solucionando-os. Pois elementos que justificam a criação dessa estratégia de integração são fortes e poderão de fato possibilitar a criação de um Pólo integrado ou de um corredor turístico entre Brasil e Bolívia.

Misturando num só baú cultural a Viola de Cocho (instrumento musical tombado como Patrimônio Cultural Matogrossense), com o Violino Barroco, mesclando danças, gastronômias, artesanatos, lendas, folclores, religiões, costumes e tradições ao mais importante destino turístico cultural da região: as Missões Jesuíticas de Chiquitos Patrimônio Cultural da Humanidade que vinculada aos Patrimônios Naturais: Pantanal Brasileiro e Parque Noel Kempff Mercado que compoem as matérias primas para o desenvolvimento do APL de turismo, que poderá ser um Corredor ou uma Rota Turística entre Brasil e Bolívia.

Nesse contexto, tais ações proporcionarão a verdadeira integração entre as nações, legitimando e formalizando as relações entre bolivianos e brasileiros, por meio de parcerias que visarão promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo e da cultura de ambos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Espanhola de Cooperación Internacional, CAECI. 2004. Plan Misiones Chiquitanos-Bolivia: Editorial La Hoguera.

Almeida, Soraya C. 2000. Relatório de viagem de campo à comunidades indígenas Chiquitano - região de fronteira entre o Brasil (Estado de Mato Grosso) e a Bolívia : 19 a 30/04, Funai, Brasília.

Barrientos, Maximiliano. 2005. Roth, una pasión por chiquitos que sigue viva, In Jornal El Deber – Escenas – C4, Santa Cruz de La Sierra, domingo, 26 de junio.

Bastos, Uacury Corrêa de. 1971. Os jesuítas e seus sucessores (I). (Moxos e Chiquitos - 1767 - 1830)". Rev. de História: USP, v. 22, n. 43, p. 151-67, São Paulo.

Becker, Dinizar F. e Wittmann, Milton Luiz. 2003. Desenvolvimento Regional: abordagem interdisciplinares. EDUNISC, Santa Cruz do Sul.

Biennés, D. Máximo. 1987. Uma igreja na fronteira, Diocese de São Luiz de Cáceres-MT. s.ed, São Paulo.

Carvalho, N.O. 1986. Hidrologia da Bacia do Alto Paraguai. I Simpósio do Pantanal.

Eco –Tour News. 1998. Um mergulho na Amazônia. Atalaia, n. 02, jun/jul, Cuiabá.

Ferreira, João Carlos Vicente. 2004. Conselhos Municipais de Cultura: Orientações para a implantação. Secretaria de Cultura. Governo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá.

Fundação Estadual do Meio Ambiente. 2002. Unidades de Conservação de Mato Grosso: Compromisso com a Proteção da Biodiversidade. FEMA, Cuiabá.

Galeria Barroco. Disponível em: http://www.starnews2001.com.br/aleijadinho/galeria_barroco.html, acessado em 10/12/2006.

Haddad, Paulo R. 2004. Cultura Local e Associativismo. In: Seminário do BNDES sobre Arranjos Produtivos Locais, Belo Horizonte.

Januário, Elias Renato da Silva. 2004. Caminhos da Fronteira. Educação e Diversidade em Escolas da Fronteira Brasil-Bolívia. Ed.Unemat, Cáceres-MT.

“Limites, Fronteiras e Redes”, Lia Osório Machado. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis>, acessado em Novembro de 2005.

Lobo, Eulália. 1960. Caminho de Chiquitos às missões Guaranis de 1690 a 1718". Rev. de História, USP, n.40, p. 411, São Paulo.

Machado, Lia Osório. 1998. Limites, Fronteiras e Redes. In: Fronteiras e Espaço Global. Org: T. M. Strohaecker e outros. AGB-Porto Alegre.

_____. 2005. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil. In: Seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de C.T&I.

Martin, André Roberto. 1992. Fronteiras e Nações. Contexto, São Paulo.

Ministério da Integração Nacional – Min. 2005. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Grupo RETIS, IICA.

Oca, Ismael Montes de. 2005. Enciclopédia Geográfica de Bolívia, Editora Atenea S.R.L, La Paz, Bolívia.

Programa de Arranjos Produtivos Locais, Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, Disponível em: <http://www.seplan.al.gov.br>, acessado em Junho de 2006.

Silva, Joana Aparecida Fernandes; Costa, José Eduardo Moreira da; Almeida, Soraya. 2000. Plano de Desenvolvimento para Povos Indígenas - Chiquitanos (contrato de trabalho 008/2000). Funai, Brasília.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento do turismo-Sedtur. 2004. Política Estadual de Turismo de Mato Grosso 2004 – 2013 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo: Governo de Mato Grosso.

Souza, Arminda Mandonça e Corrêa, Marcos. 1998. Turismo – conceitos, definições e siglas. Editora Valer, Manaus.

Trecho do projeto de APL de Turismo do Vale do Guaporé, Disponível em: <http://www.sedtur.mt.gov.br>, acessado em Dezembro de 2006.

Turismo Ministério do. 2005. Gestão Descentralizada do Turismo. Secretaria Nacional de Política de Turismo. Departamento de Planejamento e Avaliação do Turismo. Brasil.